

Política, Religião e significados: possibilidades interpretativas pela ótica da perspectiva simbólica

Elio Santiago Filho – Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo propor o estudo simbólico da religião e da política como alternativa heurística para se compreender a relação entre essas duas esferas sociais. Ressalta-se a contribuição dos estudos simbólicos e performativos para a elaboração dessa perspectiva, em detrimento das explicações normativas do fenômeno. Almeja-se, portanto, tratar a ótica do simbólico como possibilidade interpretativa para uma compreensão mais efetiva da relação entre religião e política.

PALAVRAS CHAVE: Religião; política; perspectiva simbólica.

ABSTRACT: This work aims to propose the symbolic study of religion and politics as heuristic approach to understanding the relationship between these two spheres. We accent the contribution of symbolic and performative studies for the development of this perspective to the detriment of normative explanations of the phenomenon. One hopes, therefore, treat the perspective of the symbolic interpretation as a possibility for a more effective relationship between religion and politics.

KEY-WORDS: Religion; politics; symbolic perspective.

O estudo do processo político brasileiro inseriu e adaptou um leque conceitual de termos que singularizaram a forma como se deram as relações de poder no contexto nacional. Palavras como patrimonialismo, coronelismo e clientelismo se tornaram conceitos comuns e usuais no estudo da política brasileira. Porém, alguns autores têm chamado a atenção para outra dimensão, complementar a essa, que perpassa a trama política em seus mais diversos níveis e também determina seus resultados: a dimensão simbólica. Soares (1993), Camurça (2008), Palmeira e Heredia (1996), Palmeira e Barreira (2006) dentre outros, destacam o estudo do simbólico no plano da política brasileira diante das limitações dos estudos normativos que relacionam democracia à racionalidade moderna. Em contraposição, o estudo de sua dimensão simbólica permite uma reinterpretação do sentido e do significado da participação política, bem como a

inserção de novas variáveis na interpretação das relações de poder nas sociedades modernas.

O lado simbólico da política foi estudado, principalmente em tempos anteriores, visando as relações de poder das sociedades primitivas. Uma gama de estudos da antropologia sobre esse tema foi desenvolvido e debatido, fazendo, assim, parte da história dessa disciplina. Posteriormente, com o surgimento dos estudos urbanos de antropologia, a trama política das sociedades complexas foi tratada ainda de forma tímida. Foote White (1964, p. 35-41) foi um dos primeiros a desenvolver uma antropologia urbana que dava destaque aos pormenores locais que estavam imbricados no cotidiano da vida política. Relações de lealdade, reciprocidade e negociação faziam parte de uma complexa rede social em torno de candidaturas. Por meio de um estudo de campo em meio urbano, Foote White pôde perceber que por trás de um cargo eletivo havia um processo de construção de candidatura que demandava conexões sociais em outros contextos. Por meio dessas observações foi possível visualizar que as relações políticas estavam condicionadas por dimensões em muitos momentos alheias nas considerações de estudos eleitorais. Favores pessoais, rede de influências, negociação de parcerias, tudo convergia para o papel determinante de um simbolismo local sobre as relações de poder.

Atestando o lado simbólico da política como constitutivo das relações de poder instituídas, faz-se mister a palavra de Camurça no que tange a esse campo de estudos:

Por intermédio da mediação do simbólico, podem-se enxergar, para além da normatização institucional e das instâncias jurídico-legais, outras construções possíveis de arranjos políticos e de sociabilidade promovidos por segmentos da sociedade que ressignificam, a partir das suas demandas e experiências, regras e agendas do código político estabelecido (CAMURÇA, 2008, p. 56).

Destarte, por abrir um novo campo de possibilidades, o simbólico na política deve ser tomado como dimensão essencial para a compreensão do processo político contemporâneo. Negligenciar essas formas de se sentir a política é perder de vista uma riqueza interpretativa que mostre, para além dos códigos formais, a visão daqueles que dela participam através de suas mais diversas motivações. Desta forma, ao atentar-se para além das formalidades institucionais, olhando-se também a periferia do jogo político, lugar das mais diversas combinações sociais e negociações, abre-se caminho

para um conhecimento menos centralizado das formas de se fazer política, ou seja, para um caminho além das formalidades institucionais. Isso é significativo por permitir novas abordagens sobre o fenômeno, pois mostra que por trás de um candidato eleito ou de sua derrota existe uma rede social complexa que determina o curso das eleições.

Não se pode deixar de notar ainda que no Brasil os estudos dessa natureza tomaram corpo a partir do processo de redemocratização. A partir desse momento, iniciou-se uma atualização dos conceitos tradicionais da ciência política através do resultado de trabalhos etnográficos realizados em diversas partes do Brasil que abordavam a política pelo seu viés simbólico¹. Algumas singularidades constatadas por esses estudos são importantes, como o conceito de tempo da política, a substituição analítica do sujeito racional pelo sujeito de valor, a inversão da noção de clientelismo, dentre outros. Mas é interessante notar que o estudo da política toma novos ares com os estudos micro por meio da etnografia. Também é necessário dizer que estes novos estudos não suprimiram um conhecimento anterior sobre o assunto, mas tiveram uma função complementar por meio de um diálogo com outros estudos de história, sociologia e ciência política.

Ressalta-se que os estudos etnográficos de sociedades primitivas há muito já dialogavam com alguns conceitos “universais” da política como os conceitos de democracia, Estado e poder. Alguns antropólogos como Clastres (1982), Evans-Pritchard (1993) e Leach (2004) mostraram que esses conceitos não são estáticos e não podem ser aplicados etnocentricamente a todas as sociedades: entre os Nuer não há Estado – Evans-Pritchard cita a existência de uma “anarquia democrática”, as sociedades tribais que Clastres estudou não aceitam a divisão social pelo poder e Leach observou que a instabilidade e conflito fazem parte do processo político. É nesse espírito que esses estudos mostravam a necessidade de se colocar em evidência pré-noções construídas no próprio seio acadêmico e destacavam o processo político pelo ponto de vista do nativo.

O estudo do simbólico na política pode ainda mostrar novas perspectivas quando a religião aparece como variável a ser considerada. Por não negligenciar a pluralidade das redes sociais e suas diretrizes simbólicas, a religião passa a ser vista como mediadora possível e plausível, não sendo mero objeto residual de pouco cunho analítico diante dos valores universais da política. Assim nos diz Miranda:

Análises generalizantes sobre o atual cenário religioso-político no país pouco acrescentam ao conjunto de afirmações sobre o “moralismo e fisiologismo” dos pentecostais e sobre sua “identificação parlamentar com a direita” ou sua classificação como “empresas de cura”, entre outras (MIRANDA, 2006, p. 167).

Mesmo se referindo aos pentecostais, essa citação mostra uma possível constatação analítica baseada em estudos macro. A crítica de Miranda a esses estudos sugere que eles seguem uma linha analítica deveras normativa da relação entre o político e o religioso. Mas as limitações desse discurso se fazem notar quando se busca uma interpretação daqueles que experimentam a política através das mediações simbólicas disponíveis. Novas modelações dessa relação passam a fazer parte dessas características “quase ontológicas” no que tange às análises da variável “religião”. “É preciso se perguntar sobre as concepções de política”, afirma ainda Miranda (2006, p.168), e observar as possíveis construções dos diferentes grupos no que tange às noções de cidadania e de representação.

A opção pela investigação de significados nos remete à tradicional perspectiva antropológica de dar destaque à visão do “nativo” em detrimento a especulações infundadas empiricamente. Significa a compreensão daquilo que interpretam por política, suas construções e sentidos. Mais do que isso; é também admitir que a política está na cultura e por ela é mediada. E se religião é cultura ao quadrado, parafraseando Sanchis (2008, p. 78), é preciso admitir que a religião pode ser muito determinante nos estudos de política. São visões de mundo, representações do divino *hic et nunc* que determinam comportamentos nas mais diversas esferas da vida. Ao relacionarmos religião, cultura e política nessa perspectiva, observamos que o tecido de significados subjacentes a esses cruzamentos nos remetem à diversidade das formas de participação política, bem como a novas conjugações e atualizações entre os anseios dos grupos e as esferas formais de representação do poder.

A religião como forma e conteúdo de um conhecimento coletivo, é religião “de” e religião “para”, nos termos de Geertz (1989, p. 69). Ela possui um referente que a determina e por ela é determinado, perto do plano de uma dialética do simbólico, em que o sistema de crença e sua performance interagem compondo a dinâmica do sagrado no seio do social. Segundo Geertz, a religião nunca é apenas metafísica, pois

“formulado como mana, como Brahma ou como a Santíssima trindade, aquilo que é colocado à parte, como além do mundano, é considerado, inevitavelmente, como tendo implicações de grande alcance para a orientação da conduta humana (GEERTZ, 1989, p. 93)”. Ademais, a relação entre “de” e “para” sustenta uma intertransponibilidade típica dos símbolos² religiosos. Eles induzem o crente a um conjunto de disposições que determinam as possibilidades da experiência; as motivam através de uma concepção geral para a realidade.

Destacando outra vez o papel não somente metafísico da religião, sua capacidade de determinar o comportamento do indivíduo na sociedade expressa a reificação das motivações contidas no sistema religioso. A totalidade que a religião tende a abarcar é capaz de, como sistema cultural “ao quadrado” , elevar ao nível transcendental os padrões de significação, sem, no entanto, perder seus níveis empíricos. Daí que situações extremas da experiência humana como a doença e o luto, podem ser compreendidas e suportadas por meios das garantias cósmicas que oferecem os símbolos religiosos (GEERTZ, 1989, p. 77).

Ao relacionarmos a religião com a política, vemos, nesse sentido, que as duas são munidas de significações e certamente apresentam em comum o fato de estarem na cultura. Mais do que essa afirmação geral, são dois sistemas de natureza distinta que podem se cruzar de diversas formas nas mais diversas sociedades. Faz-se mister notar que, na perspectiva interpretativa, não os vemos como normativos, mas como passíveis de significação. Isso não quer dizer que não há padrões de significados embutidos neles, mas que esses padrões estão diante de uma intertransponibilidade com as performances dos sujeitos.

Ainda para intensificar o papel da religião, a essência de sua ação constitui atribuir uma autoridade persuasiva a um certo complexo de símbolos, instaurando uma aura de factualidade em suas concepções (GEERTZ, 1989, p. 82). É dessa forma que a “perspectiva religiosa” assume o papel de realidade, ou seja, se torna a própria realidade. É inclinado sobre esse “perspectivismo”, onde o ato de crer se torna o ponto central de um ponto de vista e por isso se faz como axioma de toda perspectiva, que a religião se estabelece como instância bruta e líquida sobre a existência social, ou seja, sua dinâmica faz-se presente no plano da transcendência e no plano da prática ao

mesmo tempo. A lógica da crença está, destarte, muito mais alicerçada sobre esse ato do que sobre sua materialidade e figuração. Nas palavras de Geertz:

A religião é sociologicamente interessante não porque, como o positivismo vulgar o colocaria, ela descreve a ordem social (e se o faz é de forma não só oblíqua, mas também muito incompleta), mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza (1989, p. 87).

É por esse motivo que a religião tem grande importância no conjunto dos significados culturais, podendo ser relacionada sem via de dúvida com o processo político de uma sociedade. Isso se dá pelo seu poder de “modelar” as ações nos mais diversos contextos e se fazer sentir nas “teias de significações” das redes políticas. Essa relação da religião com a política na verdade nunca é perfeita. Quando lidamos com a perspectiva interpretativa e com o conceito de redes sociais, há, de certa forma, uma relação muito mais ampla – porque total – quando se trata de política. Economia, parentesco, etnia, território e outras variáveis se entrelaçam dentro das complexas relações do processo político. A religião não pode, desta forma, ser tratada de forma isolada, ou seja, observando-a e deixando-se de lado as outras esferas da vida social. No processo de elucidação das significações dos atores sociais em jogo no processo político, as diversas esferas das sociedades se entrelaçam e se relacionam nas mais diversas formas. A religião como tendo seu papel simbólico no processo político se encontra ao lado de outras variáveis não de menor importância, mas em constante co-constitutividade com outros campos simbólicos e de ação.

A abertura que o estudo simbólico da política concretiza permite que a religião tenha um espaço mais amplo como uma importante variável para se compreender os comportamentos políticos de certos atores. Mas isso também apenas é possível pela mudança do ponto de aplicação do conceito de política, pois como afirma Goldman: “Do ponto de vista dos nativos, aquilo que pode ser definido como política está sempre em relação com o restante das experiências vividas pelos agentes, o que evita a tentação da substancialização e literalização do político (GOLDMAN, 2006, p. 41)”. E também, por meio da perspectiva antropológica, é possível interpretar outras lógicas de percepção desse processo:

(...) Uma verdadeira antropologia da política recusa a falsa distinção entre o central e o periférico. Para isso, submete essa dicotomia à perspectiva nativa, procedendo por meio da ampliação do campo de análise e fazendo aí entrar o que normalmente se exclui da política: os faccionalismo, as segmentaridades, as redes sociais, certamente; mas também o parentesco, a religião, a arte, a etnicidade etc (GOLDMAN, 2006, p. 42).

Pode-se perceber na citação de Goldman que a política vista por essa ótica não exclui a religião alocando-a em um setor periférico das análises políticas. Do ponto de vista do nativo, essa interpretação muitas das vezes não condiz com o que a performance expressa. A política em ato tende a realçar o que se tentou negligenciar em termos normativos. O próprio conceito de política foi relativizado e as suas variáveis foram ampliadas centrifugamente em detrimento de uma polarização do “centro”. Isso não quer dizer que todos esses conceitos da sociologia, da ciência política e da história não tenham mais eficácia interpretativa, porém, nessa perspectiva, tornam-se relativizados.

O sagrado como constituinte do político

Um outro ponto de vista interpretativo, mais ambicioso em suas generalizações, busca perceber o papel da figura do sagrado no político. Geertz (2009, p. 182-219) mostra através de uma reflexão sobre o simbolismo do poder, que em diversas sociedades a figura central do poder é possuidor de uma aura sacra que o legitima nessa determinada posição. Seu argumento toma como ponto de partida o vulto interpretativo que cobre o conceito de carisma em Weber. Este não deixa claro se esse conceito está relacionado a um fenômeno psicológico ou a um fenômeno cultural. Adiante, Geertz cita e analisa três momentos históricos, a saber, a Inglaterra de Elisabeth Tudor, a Java de Hayam Wuruk e o Marrocos de Hasan, destacando três líderes políticos de sociedades diferentes em épocas distintas. Esses exemplos servem para se indagar sobre as necessidades internas, e universais, que dão vida aos eventos políticos: “Os tronos podem estar fora de moda, bem assim como os cortejos de pompa; mas a autoridade política – e a própria oposição a esta autoridade – ainda exigem uma estrutura cultural em que se definir e fazer suas asserções (GEERTZ, 2009, p. 214)”. Geertz conclui o texto com uma grande citação de Novak sobre a trajetória da campanha política de um

candidato à presidência nos Estados Unidos em tempos mais recentes. Isso serve para mostrar que as sociedades mudam, mais ainda há certos valores universais que orientam o poder. Há, segundo Geertz, um poder sagrado que é inerente à autoridade central. Em sua conclusão sobre o conceito de carisma:

O que faz um líder político ser “espiritual” não é, afinal, sua posição fora da ordem social, em algum transe de auto-admiração, e sim um envolvimento íntimo e profundo – que confirme ou deteste, que seja defensivo ou destrutivo – com as ficções mais importantes que tornam possível a sobrevivência desta ordem (GEERTZ, 2009, p. 219).

Há ainda uma outra característica da figura carismática que apenas pode ser entendida, segundo Geertz, se observarmos o “centro e seus símbolos”. Na verdade, o paradoxo que se estabelece nesse conceito é que:

Embora suas raízes se encontrem naquele desejo de estar perto do centro onde as coisas acontecem, ou de estar envolvido em assuntos sérios e importantes, um desejo que é mais característico daqueles que, realmente, têm o controle da sociedade, viajam em cortejos e concedem audiências, as expressões carismáticas mais fulgurantes aparecem, normalmente, entre pessoas que se encontram a alguma distância do centro, com alguma frequência a uma enorme distância do centro, mas que desejam desesperadamente aproximar-se deste. A heresia é fruto da ortodoxia também na política, e não só na religião (GEERTZ, 2009, p. 216-217).

Neste ponto, a analogia feita entre religião e política através da citação do termo “heresia” sendo usado em outro contexto, demonstra mais uma vez um outro ponto de aplicação da figura do sagrado. Se por herético entende-se aquele que se marginaliza em face do dogma religioso instituído, na política a utilização desse conceito se faz viável através de uma relação entre centro e margem. Ademais, essa relação é também tratada por Bourdieu (1978, p. 27-78), que usa o conceito de seita e de igreja de forma relacional para tratar de um processo de lutas tácitas – em um campo – entre grupos religiosos que se valem de diferentes estratégias com o objetivo de obter o monopólio dos bens de salvação. A relação, nesse caso, entre centro e periferia é bem visível em termos de poder. Pois o objetivo da seita é se tornar igreja, mas para isso precisa chegar ao centro e consolidar essa posição. Também é interessante nesse caso a figura do profeta, uma pessoa inteiramente à margem que se ergue diante de uma conjuntura propícia – geralmente em momentos de extrema mudança social – com o objetivo de ser igreja.

Pode-se observar que a simbologia imbuída na política faz uma interface com a simbólica religiosa. A heresia, segundo Geertz, é um fenômeno universal. A contribuição desse ponto de vista está em perceber que as fronteiras entre o religioso e o político podem ser mais maleáveis do que se pensa. Mas isso se torna possível apenas quando abandonamos o conceito metafísico de religião e a dirigimos para o centro da vida social, como uma das esferas centrais da sociedade.

Uma outra chave de análise do simbólico na política é por meio da observação dos seus rituais. Atitudes e gestos dentro do contexto eleitoral expressam, dentro de uma sociabilidade determinada no tempo e no espaço, formas específicas de comunicação. Demonstrem de antemão valores e tensões de uma sociedade. Os rituais se fazem presentes nas passeatas, nos palanques, no corpo a corpo e em toda a performance. O que importa precisar é que papéis pré-estabelecidos e falas esperadas compõem um painel, nesse caso em um tempo específico – o tempo da política – em que juntamente com ambientes definidos rotineiramente, contextualizam o caráter ritualístico da política. Mais do que tentar confirmar uma posição política por cima, a característica performática inerente ao ritual pode gerar tensões e divergências, pois não prescreve de forma mecânica o significado do processo. Esse tempo da política, que será explanado melhor mais adiante nesse trabalho, é um tempo liminar, onde o político passa por um momento de insegurança entre a possibilidade de ser e de não ser eleito. Nesse momento os rituais se tornam críticos por terem momento e hora para terminar, daí ser um momento de incertezas.

Ainda na concepção ritual da política, há também o estudo de suas liturgias. Rivière usa esse termo para conceitualizar os “atos solenes, repetitivos e codificados, de ordem verbal, gestual e postural, de forte conteúdo simbólico (RIVIÈRE, 1989, p.13)”. Aparecendo como corolário da secularização do mundo moderno, Rivière mostra que uma religião política surge com tenacidade e passa a ser essencial para a formação das identidades dos Estados. De forma substitutiva, todo esse simbolismo político aparece em momentos decisivos de saída da religião. Seja pela religião civil, pela ordem totalitária ou pelo romantismo de esquerda, o fato marcante é que ele maquia uma necessidade social:

(...) Fenômenos compensatórios, com a investidura da religiosidade no político, podem empalidecer a erosão dos antigos dogmas, por substituição de transcendência, Nação, raça, Revolução... colocando-se como pólos motores de um renascimento do espírito. Os sobressaltos dos entusiasmos sociais demonstram que o homem tem tanta necessidade de uma opinião quanto de ciência, tanto de *doxa* quanto de *épistémé*. E que a essas necessidades do homem certas elites respondam com a organização de liturgias políticas ou clericais, é um fato (RIVIÈRE, 1989, p. 16).

Mais uma vez a relação entre religião e política, assim como em Geertz, apresenta-se em uma co-constitutividade. No entanto, ambas, na perspectiva de Rivière, “dizem respeito à história de nossa privação de posse do poder que nos faz conferi-lo a uma instância venerável a que atribuímos uma superioridade (RIVIÈRE, 1989, p. 17)”. Mas essa privação, na verdade, deve ser relativizada pela ideia perspectivista da religião como modeladora do social e não como inferioridade humana. É preciso ver essa relação por meio de sua intertransponibilidade entre prática e transcendência, sem esquecer que a religião é determinada pelos indivíduos ao mesmo tempo que os determina, por isso é “de” e “para” nos termos de Geertz.

Ainda nessa comparação, Rivière acrescenta que “A autoridade se desenvolve através da fé (RIVIÈRE, 1989, p. 22)”. É o sagrado no político que permite a veneração ao detentor do poder e ao gestor do social. Por esse motivo que as sociedades secularizadas não saem da religião, mas mudam seu ponto de aplicação ao remanejá-las, inconscientemente, à figura de uma religião civil. Seja pelos ritos autoritários ou pelas catedrais comunistas, as liturgias do poder fazem com que a fronteira entre a religião e a política se torne ainda mais transponível.

Considerações finais

Esses dois grandes sistemas – religião e política - exerceram o oligopólio da gestão do todo social ao longo da história, daí que urge a investigação dos vestígios de sua intertransponibilidade nas sociedades complexas. A religião como concepção geral “de” e “para” a sociedade, aparece como variável determinante nas relações políticas. Mas o poder, visto em sua posição complexa nas sociedades modernas, dentro de um aparelho segmentado que o compõe e o aciona, tem uma grande proximidade com a religião pela sua natureza. Ademais, ele determina a continuidade de seu conteúdo nas sociedades secularizadas. A personificação política do religioso mostra dois lados da

mesma moeda que Rivière liga à impotência humana, ao direcionamento da angústia de suas ações a um “outro”. Neste ponto, a simbologia da política exerce seu papel de possibilitar uma organização terrena mesmo sendo legitimada por forças extra-terrenas.

Observar a política pelo viés simbólico significa aceitar que há fatos além do horizonte institucional que influem substantivamente no processo político. Por meio dessa perspectiva, a religião pode ser observada como variável integrante no direcionamento dos acontecimentos. Além disso, esse ponto de vista inclui uma percepção menos normativa dos conceitos políticos ao tomar dos atores sociais suas compreensões sobre esses fenômenos. Neste caso, a religião aparece como variável participante do processo político, modelando as ações dos sujeitos através de um sistema geral de significação.

BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA, César; PALMEIRA, Moacir (Orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP/UFRJ, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CAMURÇA, Marcelo. Liturgias políticas e simbolismo do poder. In: PASSOS, Mauro *et al* (orgs). *O sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análises*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.
- FOOTE WHITE, William. *Street corner society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- LEACH, Edmund R. *Political Systems of Highland Burma*. Oxford: BERG, 2004.
- MIRANDA, Júlia. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores C. (Orgs). *Os votos de Deus*. Recife: Massangana, 2006.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz (Orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: contra-capá, 1996.
- SANCHIS, Pierre. Cultura brasileira e religião - passado e atualidade. *Cadernos CERU*, São Paulo - USP, Série 2, vol. 19, nº 2, (dezembro de 2008), p. 71-92, 2008.
- SOARES. Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

¹ Toma-se como exemplo os trabalhos realizados pelo NUAP, “Núcleo de Antropologia Política” formado por pesquisadores da UNB, Museu Nacional/UFRJ, UFCE, IFCS/UFRJ, UFPR, UFF e UFRGS.

² Destaca-se que segundo Geertz, “símbolo é concepção”.